

Reflexões sobre a matriz de energia elétrica do Brasil

NEIVA, Flávio. *“Reflexões sobre a matriz de energia elétrica do Brasil”*. Agência Canal Energia. Rio de Janeiro, 18 de setembro de 2018.

Passados dezessete anos após o racionamento de energia de 2001, o Brasil encara mais um desafio para a evolução da composição da nossa matriz de energia elétrica. Esse desafio se mantém mesmo com a relativa trégua que temos tido no equilíbrio da oferta de energia elétrica com a demanda nos últimos quatro anos, em função da recessão econômica que sustou o crescimento contínuo do consumo que experimentávamos até então, o que exigia acréscimos anuais de cerca de 5000 MW de capacidade na nossa matriz.

Apesar da nossa extrema dificuldade em viabilizar projetos hidrelétricos e de não se ter uma evolução consistente da nossa oferta de gás para viabilizar projetos termelétricos de baixo custo e baixa emissão de gases de efeito estufa, a consistente agregação de fontes intermitentes (eólica, solar e biomassa), combinada com a citada recessão econômica, foi suficiente para assegurar a oferta em níveis suficientes para o equilíbrio com a demanda reprimida de energia elétrica.

A fonte eólica, fundamental para permitir esse equilíbrio até os dias atuais, apesar de também solucionar a dependência de energia elétrica da Região Nordeste, evidenciou a complexidade de se integrar elétrica e energeticamente essa imprescindível fonte intermitente ao Sistema Interligado Nacional – SIN.

As dificuldades de natureza elétrica (controle de fluxos nos troncos de transmissão, estabilidade elétrica, reserva de potência etc.) para integração dessa fonte ao SIN são notoriamente reconhecidas pelos órgãos de planejamento e operação, porquanto se busca uma solução técnica para o problema há algum tempo, através de fontes despacháveis como UHE's e UTE's.

Por outro lado, a integração de natureza energética (controle de estoques de energia para fazer frente à sazonalidade, programação horária de geração das fontes, cálculo do risco de déficit no abastecimento, estudos de intercâmbios inter-regionais etc.) se obtém unicamente através da agregação de usinas hidrelétricas com reservatórios que permitem modular as variações da produção de energia das fontes intermitentes e acumular a sua energia excedente, para se produzir em momentos de sua falta.

Apesar da exitosa expansão da hidreletricidade no período pós racionamento, ela se desenvolveu com usinas a fio d'água. A não construção de novas usinas com reservatórios de acumulação poderá comprometer a expansão e integração dessas fontes intermitentes.

Contudo, persistem as dificuldades em se expandir a matriz com projetos de UHE's com reservatórios e UTE's a gás. Fundamentais para o enfrentamento tanto da inexorável recuperação econômica do país, que mais dia menos dia teremos, quanto para a harmonia da evolução da matriz de energia elétrica, esses projetos desafiam

o nosso planejamento e exigem do nosso futuro Congresso Nacional uma saída para sobrepor essas dificuldades.

Para as UTE's, principalmente aquelas de ciclo combinado movidas a gás, vemos uma necessidade de se conhecer a realidade sobre a oferta nacional desse insumo e, a partir dela, decidirmos por um reexame da evolução dessa oferta e/ou uma nova abordagem da sua importação. Ao desconsiderar isso, poderemos passar pelo imprevisto de se ter novamente fontes movidas a óleo combustível e a diesel, mais poluentes e triplamente mais onerosas.

Para as UHE's, devemos reformular nosso pensamento sobre esses projetos à luz dessa realidade que pontuamos, fazendo uma clara análise sobre os impactos ambientais dessa fonte e suas possíveis mitigações, contrapondo-os com impactos de várias naturezas decorrentes da forçosa adoção de outras fontes, não descartando os custos globais a favor das soluções por hidreletricidade.

Ressalte-se que devemos contar sempre com a exitosa evolução do parque eólico, solar e de biomassa.

Flávio Neiva é presidente da Abrage – Associação Brasileira das Empresas Geradoras de Energia Elétrica